

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS

Termo de Referência 34/2026

Informações Básicas

|                    |   |                          |                          |
|--------------------|---|--------------------------|--------------------------|
| Número do artefato | UASG  | Editado por              | Atualizado em            |
| 34/2026            | 240013-COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS | ITALO RODRIGUES DE SOUZA | 22/06/2026 16:01 (v 0.8) |
| Status             | ASSINADO  |                          |                          |

Outras informações

|  |                       |                         |
|--|-----------------------|-------------------------|
| Categoria  | Número da Contratação | Processo Administrativo |
| II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo | 64/2026               | 09021.000036/2025-86    |

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 09021.000036/2025-86)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de *materiais diversos, incluindo itens de papelaria*, pastas personalizadas, material elétrico, itens para copa e cozinha, material de limpeza e mobiliário administrativo *[incluindo instalação e montagem]*, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO 1 - Itens de Papelaria Personalizada

| Item | Descrição do objeto  | Quantidade Anual | CATMAT | Valor unitário estimado | Valor total estimado |
|------|--|------------------|--------|-------------------------|----------------------|
| 1    | Envelope pardo pequeno, aproximadamente 230 mm x 160 mm, papel kraft fl, 80 g/m², com certificação ambiental FSC ou Cerflor, acondicionados em pacote com 100 unidades. Padronização: Brasão da República e inscrição "Ministério das Relações Exteriores", cor preta, alinhados na margem superior esquerda da frente do envelope. Centena.                 | 60               | 479731 | R\$ 35,00               | R\$ 2.100,00         |
| 2    | Envelope pardo médio, tipo saco comum, 360 mm x 260 mm, papel kraft 80 g/m², acondicionado em pacote com 100 unidades, com certificação ambiental FSC ou Cerflor. Padronização: Brasão da República e inscrição "Ministério das Relações Exteriores", cor preta, alinhados na margem superior esquerda da frente do envelope, 11 mm de comprimento. Centena. | 60               | 481549 | R\$ 38,50               | R\$ 2.310,00         |
|      |  |                  |        |                         |                      |

|    |   |        |        |            |                |
|----|---|--------|--------|------------|----------------|
| 3  | Envelope pardo grande, 410 mm x 310 mm, 120 g/m², papel kraft fl, pacote com 100 unidades, com certificação ambiental FSC ou Cerflor. Padronização: Brasão da República e inscrição "Ministério das Relações Exteriores", cor preta, alinhados na margem superior esquerda da frente do envelope. Centena.  | 170    | 473194 | R\$ 177,00 | R\$ 30.090,00  |
| 4  | Envelope branco médio, 360 mm x 260 mm, tipo saco comum, papel off-set 120 g/m², pacote com 100 unidades, com certificação ambiental FSC ou Cerflor. Padronização: Brasão da República e inscrição "Ministério das Relações Exteriores", cor preta, alinhados na margem superior esquerda da frente do envelope, 11 cm de comprimento. Centena.   | 170    | 463527 | R\$ 105,40 | R\$ 17.918,00  |
| 5  | Papel alcalino, tamanho A/4, 297x210mm, 90g/m², com Brasão da República centralizado no alto da página, em relevo seco, medindo 25x23mm, pacote com 100 unidades. Deverá possuircertificação ambiental FSC ou Cerflor conforme regras do Termo de Referência. -Unidade de medida: pacote com 500 folhas   | 40     | 327531 | R\$ 149,58 | R\$ 5.983,20   |
| 6  | Papel alcalino, tamanho A/4, 297x210mm, 90g/m², com inscrição “Ministério das Relações Exteriores” no alto da página alinhado à direita, em relevo seco. Pacote com 100 unidades. Deverá possuir certificação ambiental FSC ou Cerflor conforme regras do Termo de Referência. Unidade de medida: pacote com 500 folhas   | 34     | 327531 | R\$ 149,58 | R\$ 5.085.72   |
| 7  | Papel alcalino, tamanho A/4, 297x210mm, 90g/m², com Brasão da República e inscrição “Ministério das Relações Exteriores” no alto da página alinhado à esquerda, em relevo seco. Pacote com 100 unidades. Deverá possuir certificação ambiental FSC ou Cerflor conforme regras do Termo de Referência. Unidade de medida: pacote com 500 folhas  | 48     | 327531 | R\$ 149,58 | R\$ 7.179,84   |
| 8  | Pasta expediente, cartolina na cor “amarela”, 240g/m2, dois vincos, seis furos, pautada na frente e no verso com impressão 1/1, conforme modelo. Unidade.   | 16.500 | 476714 | R\$ 2,39   | R\$ 39.435,00  |
| 9  | Pasta expediente, cartolina na cor “vermelha”, 240g/m2, dois vincos, seis furos, pautada na frente e no verso com impressão 1/1, conforme modelo. Unidade.  | 11.000 | 318154 | R\$ 2,38   | R\$ 26.180,00  |
| 10 | Pasta capa de processo 220mm x 330mm, cartolina branca, 240g/m2, dois vincos, pacote com 100 unidades. Padronização com o Brasão da República e inscrição “Ministério das Relações Exteriores” na cor preta, centralizados no topo da capa. Na cor preta, campos para preenchimento de licitação, número de empenho, código do evento, modalidade (ordinário, estimativo e global), programa, elemento, valor, processo, fonte, data de pagamento, ordem bancária, credor, CNPJ, banco, agência, conta e observações. Modelo conforme anexo. Unidade. | 500    | 330398 | R\$ 3,10   | R\$ 1.550,00   |
| 11 | Papel com Brasão da República centralizado no alto da página, em relevo seco, medindo 25x23mm. Papel especial A4 alcalino e pontilhado, na cor branca, e bordas verde-amarelas, medidas 297x210, tipo <b>Markatto Concetto Bianco</b> . Unidade<br><br>Indicação de marca: Uniformização dos itens  | 5.000  | 418118 | R\$ 6,50   | R\$ 32.500,00  |
| 12 | Papel de continuação - Papel especial A4 alcalino e pontilhado, na cor branca, com bordas verde-amarelas, medidas 297x210, tipo <b>Markatto Concetto Bianco</b> . (vide modelo em anexo). Unidade.<br><br>Indicação de marca: Uniformização dos itens   | 20.000 | 418118 | R\$ 5,80   | R\$ 116.000,00 |
|    |   |        |        |            |                |

|   |  |        |        |           |                |
|---|--|--------|--------|-----------|----------------|
| 13  | Papel com Armas Douradas do Presidente da República - Papel especial A4 alcalino e pontilhado, na cor branca, com o Brasão da República centralizado no alto da página em relevo francês na cor ouro velho (medindo 25mmX25mm) e bordas verde-amarelas, medidas 297x210, <b>tipo Markatto Concetto Bianco</b> . (vide modelo em anexo). Unidade. | 1.000  | 418118 | R\$ 5,02  | R\$ 5.020,00   |
| Indicação de marca: Uniformização dos itens |  |        |        |           |                |
| 14  | Papel com Armas Prateadas do Vice-Presidente da República - Papel especial A4 alcalino e pontilhado, na cor branca, com o Brasão da República centralizado no alto da página em relevo francês na cor prata velha (medindo 25mmX25mm) e bordas verde-amarelas, medidas 297x210, tipo <b>Markatto Concetto Bianco</b> . Unidade.                  | 500    | 418118 | R\$ 5,02  | R\$ 2.510,00   |
| Indicação de marca: Uniformização dos itens |  |        |        |           |                |
| 15  | Pasta de cartolina para maço. Material: Cartolina; cor: bege. Largura 320mm. Altura 425mm. Gramatura: 180g/m². Características adicionais: Grampo e trilho, impressão na frente, 1/1, modelo conforme TR. Unidade.   | 500    | 405483 | R\$ 4,00  | R\$ 2.000,00   |
| 16  | Filipetas de papel: Material: Cartolina; cor: branca. Largura 45mm. Comprimento: 120mm. Gramatura: 90/m². Características adicionais: Dobra ao meio, com vinco, formando duas metades de 60mm. Aplicação de selo seco em uma das metades. Unidade.   | 10.000 | 200378 | R\$ 15,18 | R\$ 151.800,00 |
| Total Grupo 1                               |  |        |        |           | R\$ 447.661,76 |

Grupo 2 - Pastas

| Item | Descrição do Objeto   | Quantidade anual | CATMAT | Valor unitário estimado | Valor total estimado |
|------|---|------------------|--------|-------------------------|----------------------|
| 17   | Pastas verdes para papéis tamanho A4 em couro verde petróleo, com brasão da República central, margens duplas e decoração em dourado na capa; margens duplas e decoração em dourado na contracapa, em <i>hot stamping</i> , conforme modelo. Cantos arredondados. Medidas: 24cm x 33,5cm, com lombada de 1cm. Interior em veludo verde. Fitas em material elástico em tom verde compatível ao utilizado no interior da pasta nos quatro cantos externos do interior de cada lado da pasta para prender documentos no verso da capa e da contracapa. Unidade.  | 30               | 477894 | R\$ 195,00              | R\$ 5.850,00         |
| 18   | Pastas verdes para papéis tamanho A4 em couro verde petróleo, com brasão da República central, margens duplas e decoração em dourado na capa; margens duplas e decoração em dourado na contracapa, em <i>hot stamping</i> , conforme modelo. Cantos arredondados. Medidas: 24cm x 33,5cm, com lombada de 1,5cm. Interior em veludo verde. Aba central em veludo frente e verso, para papel A4, com medidas de 24cm x 32,5cm. Fitas em material elástico em tom verde compatível ao utilizado no interior da pasta nos quatro cantos externos do interior de cada lado da pasta e nos quatro cantos de cada lado da aba central para prender documentos no verso da capa, nos dois lados da aba central e no verso da contracapa. Unidade. | 30               | 477894 | R\$ 195,00              | R\$ 5.850,00         |
| 19   | Pastas verdes para papéis tamanho A4 em couro verde petróleo, margens duplas e decoração em dourado na capa; margens duplas e decoração em dourado na contracapa, em <b>hot stamping</b> , conforme modelo. Cantos arredondados. Medidas: 24cm x 33,5cm, com lombada de 1cm. Interior em veludo verde. Fitas em material elástico em tom verde compatível ao utilizado no interior da pasta nos quatro cantos externos do interior da pasta para prender documentos no verso da capa e da contracapa. Unidade.  | 20               | 477894 | R\$ 195,00              | R\$ 3.900,00         |
|      | Pastas azul-marinho para papéis tamanho A4 em couro azul-marinho liso, margens duplas e decoração em dourado na capa; margens duplas e decoração em dourado na contracapa, em <i>hot stamping</i> , conforme modelo. Cantos arredondados. Medidas: 24cm x 33,5cm, com lombada de  |                  |        |                         |                      |

|               |  |    |        |            |              |
|---------------|--|----|--------|------------|--------------|
| 20            | 1cm. Interior em veludo azul. Fitas em material elástico em tom azul compatível ao utilizado no interior da pasta nos quatro cantos externos do interior da pasta para prender documentos no verso da capa e da contracapa. Unidade. | 10 | 477894 | R\$ 195,00 | R\$ 1.950,00 |
| Total Grupo 2 |  |    |        |            | R\$17.550,00 |

Grupo 3 - Material elétrico (Exclusivo ME/EPP)

| Item          | Descrição do objeto  | Quantidade | CATMAT | Valor unitário estimado | Valor total estimado |
|---------------|--|------------|--------|-------------------------|----------------------|
| 21            | Filtro de linha – 5 tomadas Filtro de linha com 5 tomadas com cabo PP de 2 metros de comprimento, tensão /potência em 127V/1270W e 220V/2200W, Corrente Máxima de 10A com proteção sobretensão e atenuação de surtos de tensão provenientes de raios e anomalias da rede elétrica, até 125 joules (10/1000s) de energia. Padrão Nbr14136. Unidade. | 1.000      | 373879 | R\$ 25,25               | R\$ 25.250,00        |
| 22            | Filtro de linha – 6 tomadas Filtro Linha, tensão Alimentação: 110/220 V, corrente máxima: 10 A, Quantidade Saída: 6 Tomadas Padrão Nbr14136 E 2 Portas Usb, Características Adicionais: Led Indicativo De Funcionamento, Protetor Contra Número Pólos: 2p + T. Unidade.  | 120        | 446694 | R\$ 33,95               | R\$ 4.074,00         |
| 23            | Extensão reforçada Tripolar com 10 metros de comprimento cabo PP com Corrente Máxima 20 A. Unidade.  | 150        | 451928 | R\$ 58,50               | R\$ 8.775,00         |
| 24            | Adaptador com macho bipolar no padrão tomada antiga e fêmea Tripolar no padrão tomada nova, 10A que atenda aos requisitos da NBR 14936/02. Unidade.  | 220        | 387200 | R\$ 6,77                | R\$ 1.489,40         |
| Total Grupo 3 |  |            |        |                         | R\$ 39.588,40        |

Grupo 4 - Itens de Copa e Cozinha

| Item | Descrição do objeto   | Quantidade | CATMAT | Valor unitário estimado | Valor total estimado |
|------|---|------------|--------|-------------------------|----------------------|
| 25   | Colher de café, lisa e polida, comprimento de 9,2 cm, aço inoxidável. Unidade.  | 700        | 343645 | R\$ 1,16                | R\$ 812,00           |
| 26   | Garfo de mesa, comprimento de 23 cm, largura de 2,8 cm, altura de 1,9 cm, peso aproximado de 0,044 kg, aço inoxidável. Unidade.   | 500        | 437872 | R\$ 2,35                | R\$ 1.175,00         |
| 27   | Faca de mesa, material corpo aço inoxidável, material cabo aço inoxidável, características adicionais, lisa e polida; comprimento 23 cm e espessura 3 mm a, material corpo aço inoxidável, características adicionais lisa e polida. Unidade. | 520        | 270149 | R\$ 2,25                | R\$ 1.170,00         |
| 28   | Colher mesa, material corpo aço inoxidável, material cabo aço inoxidável, características adicionais, lisa e polida; comprimento 23 cm e espessura 3 mm. Unidade.   | 520        | 274113 | R\$ 2,36                | R\$ 1.227,20         |
|      |   |            |        |                         |                      |

|                  |  |       |        |            |                |
|------------------|--|-------|--------|------------|----------------|
| 29               | Conjunto de xícara e pires para café, capacidade de 80ml, em porcelana, cor branca. Unidade.   | 2.100 | 270145 | R\$ 12,50  | R\$ 26.250,00  |
| 30               | Conjunto de xícara e pires para chá, capacidade de 200 ml, em porcelana, cor branca. Unidade.  | 2.100 | 378026 | R\$ 13,62  | R\$ 28.602,00  |
| 31               | Copo de vidro com pé, liso, meio cristal, diâmetro de 6.3 cm, altura de 13.3 cm, capacidade de 300 ml. Referência de marca/modelo Copo Stylo 300 ml TW803 – 30 – Cisper. Unidade.  | 6.500 | 311415 | R\$ 4,58   | R\$ 29.770,00  |
| 32               | Copo de vidro liso, aproximadamente altura de 12,5 cm, diâmetro de boca de 6,5 cm, diâmetro de base de 5,9 cm, capacidade de aproximadamente 280 ml. Unidade.  | 6.500 | 227104 | R\$ 5,04   | R\$ 32.760,00  |
| 33               | Garrafa térmica, capacidade de 1 litro, sistema de serviço por pressão, bico corta-pingo, corpo cilíndrico com acabamento de aço inoxidável escovado, base, alça e tampa de plástico preto. Deve estar de acordo com a NBR 13282 de 04/1998. O acionamento e a remoção de qualquer parte da garrafa térmica, como copo, tampa, etc., necessários para enchê-la ou servir seu conteúdo, devem ser fáceis e não exigir grandes esforços. O dispositivo de bombeamento deve ser de fácil manuseio e não deve permitir que ocorra o autobombeamento. As garrafas térmicas, em todas as suas partes, devem estar livres de rebarbas que representem perigo em potencial para o seu usuário. Em garrafas térmicas nas quais for prevista a desmontagem para reposição ou limpeza de componentes, tanto estas operações quanto a posterior montagem devem ser realizadas com facilidade. As partes destinadas a entrar em contato com o líquido ou alimento contido na garrafa térmica devem atender ao previsto na resolução nº 045/77 da CNNPA ou qualquer outra que venha substituí-la. Toda garrafa térmica deve ser identificada no corpo externo, em local visível, com as seguintes informações: classificação quanto ao tipo; capacidade nominal, em litros (L); o número desta norma; e outras informações exigidas pela legislação em vigor. A garrafa térmica deve ser acompanhada de uma instrução de uso, em português, onde constem as seguintes informações: utilização; limpeza; cuidados, incluindo a informação de que a garrafa térmica não deve ser agitada e que a garrafa térmica com bomba não é estanque; precauções; condições de garantia; alerta de que a capacidade volumétrica real da garrafa térmica pode ser inferior em até 10% da capacidade nominal. Marcas de referência: Termolar, Tramontina, Invicta. Unidade. | 520   | 384413 | R\$ 78,95  | R\$ 41.054,00  |
| 34               | Bule para café com bico alongado ("pescoço de ganso"), tampa fixa e aço inoxidável, capacidade 1 litro. Deve ser livre de BPA e atender às especificações estabelecidas pela NBR 13.282 da ABNT. Unidade.  | 40    | 233622 | R\$ 70,00  | R\$ 2.800,00   |
| 35               | Jarra para água e suco, capacidade de 2 litros, corpo cilíndrico, tampa e aparador para gelo, aço inoxidável. Unidade.   | 120   | 328667 | R\$ 57,50  | R\$ 6.900,00   |
| 36               | Leiteira de Aço Inox, capacidade 2 litros, corpo cilíndrico, cabo de baquelite para proteger as mãos no manuseio. Unidade.   | 25    | 333188 | R\$ 109,00 | R\$ 2.725,00   |
| 37               | Porta-copos tipo pires, formato circular, diâmetro de 90 mm, aço inoxidável. Unidade.  | 1.000 | 242621 | R\$ 7,92   | R\$ 7.920,00   |
| 38               | Açucareiro oval tampa e pá para açúcar, aço inoxidável, capacidade para 300 gramas. Unidade.   | 120   | 248997 | R\$ 14,80  | R\$ 1.776,00   |
| Total do Grupo 4 |  |       |        |            | R\$ 184.941,20 |

Grupo 5 - Material de limpeza (Exclusivo ME/EPP)

|  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|
|  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|

| Item             | Descrição do objeto  | Quantidade | CATMAT | Valor unitário estimado | Valor total estimado |
|------------------|--|------------|--------|-------------------------|----------------------|
| 39               | Álcool etílico, tipo: hidratado, teor alcoólico: 70% (70°gl), apresentação: líquido. Unidade.  | 3.600      | 481012 | R\$ 5,98                | R\$ 21.528,00        |
| 40               | Álcool etílico, tipo: hidratado 70%, apresentação: gel, antiséptico, higienizador de mãos, com válvula ou bico dosador, frasco com 500 ml ou similar. Unidade.   | 3.400      | 380018 | R\$ 6,34                | R\$ 21.556,00        |
| 41               | Detergente limpador multiuso (desinfetante), ingrediente ativo linear alquilbenzeno sulfonato de sódio, biodegradável, frasco de 500 ml. Referência de marca: Veja, Ajax ou equivalente. Unidade.                                  | 1.050      | 440838 | R\$ 2,70                | R\$ 2.835,00         |
| 42               | Detergente para remoção de gorduras de louças, talheres e painéis, neutro, com tensoativo biodegradável, linear alquilbenzeno sulfonato de sódio, frasco com 500 ml. Referência de marca: Limpol, Minuano ou equivalente. Unidade. | 2.100      | 253196 | R\$ 1,50                | R\$ 3.150,00         |
| 43               | Esponja para limpeza de lâ de aço, formato anatômico, abrasividade média, para aplicação em utensílios domésticos, pacote com oito unidades. Referência: Bombril, Assolan ou equivalente. Pacote com 8 unidades.                   | 520        | 481018 | R\$ 1,76                | R\$ 915,20           |
| 44               | Esponja limpeza, material fibra vegetal, formato retangular, abrasividade média, aplicação utensílios domésticos. Marca de referência: Scotch-Brite. Esfrobom ou similar. Unidade.   | 2.100      | 242873 | R\$ 0,69                | R\$ 1.449,00         |
| 45               | Inseticida aerossol sem cheiro, com solvente a base de água. Validade mínima de 24 meses, a partir da data de entrega. Para todos os tipos de insetos. Marca de referência SBP, Raid ou similar. Unidade.                          | 220        | 484679 | R\$ 10,23               | R\$ 2.250,60         |
| 46               | Desodorizador aerossol aromatizador ambiental, frasco de 400ml. Marcas de referência: Glade, Air Wick ou similar. Unidade.   | 500        | 457804 | R\$ 8,88                | R\$ 4.440,00         |
| 47               | Sabão em barra, composição: sais + ácido graxo, tipo neutro, sem perfume, 200 gramas. Marcas de referência: Ype, minuano ou similar. Unidade.  | 900        | 226631 | R\$ 1,30                | R\$ 1.170,00         |
| 48               | Pano de prato, 60 cm x 40 cm, algodão, absorvente, lavável e durável. Gramatura mínima de 230g /m². Unidade.   | 600        | 344983 | R\$ 2,71                | R\$ 1.626,00         |
| 49               | Coador de papel para café, descartável, nº 103, caixa com 30 unidades. Marcas de referência: Melitta, 3 corações ou similar. Caixa com 30 unidades.  | 180        | 237590 | R\$ 3,91                | R\$ 703,80           |
| 50               | Lixeira, com tampa e pedal, material: plástico, tamanho 15L, com suporte para saco de lixo, cor: preta. Unidade.   | 120        | 456393 | R\$ 31,83               | R\$ 3.819,60         |
| 51               | Lixeira retangular com tampa vaivém (basculante), com capacidade de aproximadamente 100 litros, fabricada em fibra de vidro ou plástico resistente. Unidade.   | 20         | 396465 | R\$ 69,95               | R\$ 1.399,00         |
| 52               | Lixeira retangular com tampa vaivém (basculante), com capacidade de aproximadamente 50 litros, fabricada em fibra de vidro ou plástico resistente. Cor: branca. Unidade.   | 40         | 402480 | R\$ 88,97               | R\$ 3.558,80         |
| Total do Grupo 5 |  |            |        |                         | R\$ 70.401,00        |

Grupo 6 - Mobiliário Administrativo

| Item             | Descrição do objeto   | Quantidade | CATMAT | Valor unitário estimado | Valor total estimado |
|------------------|---|------------|--------|-------------------------|----------------------|
| 53               | Mesa de centro, tampo inferior em madeira, tampo superior em vidro medindo, (l) 0,60 x (p) 0,60 x (h) 0,35m: Mesa de centro com tampo superior em vidro plano float com cantos em lapidação boleada e tampo inferior em mdp, com espessura de 25mm, densidade média de 600 kg/m³ e revestido com laminado melamínico. Cor do laminado a definir. Estrutura metálica confeccionada em tubo de aço com travessas de sustentação para tampos inferior e superior, com revestimento cromado e ponteiros de acabamento internas pretas. Unidade.   | 30         | 616714 | R\$ 860,00              | R\$ 25.800,00        |
| 54               | Mesa Reta 1,60m: Dimensões: Largura 1,60m x Profundidade 0,60mx Altura 0,74m (Variação máxima de +/- 5%). Cor a definir. Mesa componível para montagem de salas de reunião: tampo principal em formato retangular, confeccionados em fibra de madeira aglomerada de baixa densidade (MDP), com 25mm de espessura, revestido em ambas as faces com filme termoprensado de melamínico com espessura de 0,3 mm, anti-reflexo e resistente à abrasão e impacto. Encabeçamento nas partes frontais, posterior e nos topos transversais com fita borda PVC extrudado de 2,5mm de espessura, aplicado pelo processo a quente hot melt, na mesma cor do laminado escolhido e raio ergonômico de contato como usuário de 2.5 mm de acordo com NBR 13966 da ABNT. Estrutura metálica aparafusada nas extremidades do painel com acabamento em pintura eletrostática. Unidade. | 40         | 468464 | R\$ 840,00              | R\$ 33.600,00        |
| 55               | Cabideiro de chão porta-terno (mancebo): Base fixa. Medidas aproximadas: 110 cm x 45 cm (altura /largura); Estrutura em madeira maciça. Cor a definir. Unidade.   | 30         | 277068 | R\$ 319,00              | R\$ 9.570,00         |
| Total do Grupo 6 |   |            |        |                         | R\$ 68.970,00        |

|                                   |               |
|-----------------------------------|---------------|
| Total G1 + G2 + G3 + G4 + G5 + G6 | R\$829.112,36 |
|-----------------------------------|---------------|

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da assinatura da ata, podendo ser prorrogado por igual período, com renovação dos quantitativos registrados, desde que observados os requisitos previstos na Lei nº 14.133/2021 e demonstrada a vantajosidade, conforme justificativas constantes do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4.1 Os contratos decorrentes da ata poderão ser formalizados durante sua vigência, inclusive para utilização de saldo remanescente, observada a legislação aplicável e as justificativas constantes do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.5. Não serão admitidas adesões à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes (“caronas”).
- 1.5.1. O número de participantes da Intenção de Registro de Preços (IRP) ficará limitado a até 5 (cinco) órgãos ou entidades participantes, conforme capacidade de gerenciamento da ata pelo órgão gerenciador e justificativas constantes do Estudo Técnico Preliminar, nos termos do art. 7º, incisos I e XI, do Decreto nº 11.462/2023.
- 1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.[A1]
- 2.2. *O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:*
- I) *ID PCA no PNCP: 00394536000139-0-000004/2026;*
  - II) *Data de publicação no PNCP: 15/05/2025;*
  - III) *Id do item no PCA: 240013-64/2026;*
  - IV) *Classe/Grupo: 5340, 5915, 6150, 6505, 6840, 6850, 7105, 7110, 7210, 7240, 7330, 7340, 7350, 7510, 7540, 7920, 7930, 8415 e 9999*
  - V) *Identificador da Futura Contratação: 107 a 164;*

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### **Sustentabilidade**

- 4.1. *Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:*

4.1.1. Sempre que tecnicamente possível, a produção dos itens deverá utilizar materiais reciclados, biodegradáveis, atóxicos e/ou madeira proveniente de reflorestamento devidamente certificada, observadas as normas técnicas aplicáveis e a manutenção da qualidade exigida para o produto.

4.1.2. As embalagens deverão ser compactas e recicláveis, ou, alternativamente, estar sujeitas a sistema de logística reversa, conforme legislação ambiental vigente, de modo a reduzir a geração de resíduos e impactos ambientais negativos.

4.1.3. A comprovação do atendimento aos critérios de sustentabilidade poderá ser feita por meio de declarações do fabricante ou certificações ambientais reconhecidas, a serem apresentadas no momento da contratação ou da entrega, conforme o disposto no edital.

### **Indicação de marcas ou modelos**

- 4.2. *Na presente contratação será admitida a indicação da seguinte marca, de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares: **Markatto Concetto Bianco** (para os itens 11, 12, 13 e 14 do GRUPO 1).*

### **Da exigência de amostra**

- 4.3. *Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.*

- 4.4. *Serão exigidas amostras dos seguintes itens:*

4.4.1. *Item 1 do GRUPO 2: Pastas verdes para papéis tamanho A4 em couro verde petróleo, com brasão da República central, margens duplas e decoração em dourado na capa; margens duplas e decoração em dourado na contracapa, em hot stamping, conforme modelo. Cantos arredondados. Medidas: 24cm x 33,5cm, com lombada de 1cm. Interior em veludo verde. Fitas em material elástico em tom verde compatível ao utilizado no interior da pasta nos quatro cantos externos do interior de cada lado da pasta para prender documentos no verso da capa e da contracapa;*



- 4.5. *As amostras poderão ser entregues no endereço [Ministério das Relações Exteriores - Almoxarifado Geral- Esplanada dos Ministérios, Bloco "H" Anexo I - Brasília/DF - CEP 70.170-900], no prazo limite de **[10 dias]**, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.*
- 4.6. *É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.*
- 4.7. *No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.*
- 4.8. *Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:*
- 4.8.1. *Itens 1 do GRUPO 2: qualidade e atendimento às especificações trazidas no TR (dimensões, materiais, acabamento):*
- 4.9. *Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.*
- 4.10. *Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.*
- 4.11. *Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.*
- 4.12. *Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de **10 (dez)** dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.*
- 4.13. *Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.*

### **Subcontratação**

- 4.14. ***Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.***

### **Garantia da contratação**

- 4.15. *Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.*

### **Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:**

- 4.16. *Na presente licitação, não será realizada a reserva de cota ~~de até vinte e cinco por cento~~ do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, pelas razões aduzidas no Estudo Técnico Preliminar.*
- 4.17. *Na presente licitação, haverá exclusividade para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte nos grupos 3 e 5.*

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Entrega**

- 5.1. *O prazo de entrega dos bens é de **15 dias**, contados da emissão da ordem de compra, em remessa única.*
- 5.2. *Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **5 dias** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.*
- 5.3. *Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Ministério das Relações Exteriores - Almoxarifado Geral- Esplanada dos Ministérios, Bloco "H" Anexo I - Brasília/DF - CEP 70.170-900*

### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

- 5.4. *O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)*
- 5.5. *Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.*

- 5.6. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 5.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 5.8. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 5.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 5.10. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **10 (dez)** dias úteis, já incluído nesse prazo o tempo necessário para eventual retirada e devolução do bem, a cargo do Contratado.
- 5.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 5.12. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 5.13. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 5.14. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- 5.15. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.[A1]

### **Fiscalização Técnica**

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:[A1]

7.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **40 (quarenta)** dias*

7.2.4.3. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **20% (vinte por cento) a 25% (vinte e cinco por cento)** do valor da contratação.*

7.2.4.4. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.*

7.2.4.5. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação.*

7.2.4.6. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação.*

7.2.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento)** do valor da contratação*

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10(dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.[A3]

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

## **Liquidação**

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1. o prazo de validade;
- 8.12.2. a data da emissão;
- 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5. o valor a pagar; e
- 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.[A4]

## **Forma de pagamento**

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

- 8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]
- 8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Reajuste**

- 8.27. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 01/04/2026.
- 8.28. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado[A16], os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade[A17].
- 8.29. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.30. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.31. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.32. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.33. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.34. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

- 9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade *PREGÃO*, sob a forma ELETRÔNICA, para Registro de Preços, com adoção do critério de julgamento pelo *MENOR PREÇO*.

### **Forma de fornecimento**

- 9.2. O fornecimento do objeto será integral sob demanda.

### **Critérios de aceitabilidade de preços**

- 9.3. *Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será[A2]:*

- 9.3.1 *Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.*

### **Exigências de habilitação**

- 9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

## **Habilitação jurídica**

- 9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.



Qualificação Econômico-Financeira

- 9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *do último exercício social*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

|      |   |
|------|---|
| LG = | Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo |
|      | Passivo Circulante + Passivo Não Circulante |

|      |   |
|------|---|
| SG = | Ativo Total                                 |
|      | Passivo Circulante + Passivo Não Circulante |

|      |                    |
|------|--------------------|
| LC = | Ativo Circulante   |
|      | Passivo Circulante |

- 9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *patrimônio líquido mínimo* de 5% do *valor total estimado da contratação*.
- 9.26. *Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;*
- 9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 9.30. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

Qualificação Técnica

- 9.31. *Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*
- 9.31.1. *Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:*

9.31.1.1. Grupo 1 – Papelaria personalizada: comprovação de fornecimento de itens de papelaria personalizada, admitida a comprovação agregada por famílias de produtos, mediante apresentação de atestado(s) que demonstrem, no mínimo:

- a) fornecimento de 10.000 (dez mil) envelopes personalizados;
- b) fornecimento de 5.700 (cinco mil e setecentas) pastas personalizadas; e
- c) fornecimento de 5.400 (cinco mil e quatrocentas) unidades de papéis personalizados.

9.31.1.2. Grupo 2 – Pastas de couro: comprovação de fornecimento mínimo de 20 (vinte) unidades de pastas de couro ou material equivalente.

9.31.1.3. Grupo 6 – Mobiliário: comprovação de fornecimento mínimo de:

- a) 14 (quatorze) mesas; e
- b) 6 (seis) mancebos/cabideiros.

9.31.1.4. Para os demais grupos, a comprovação da qualificação técnica será realizada mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica que comprovem o fornecimento de bens compatíveis com o objeto do respectivo grupo, sem quantitativo mínimo.

9.31.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## **Disposições gerais sobre habilitação**

9.32. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.33. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.34. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.35. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.36. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 829.112,36 (oitocentos e vinte e nove mil cento e doze reais e trinta e seis centavos)**., conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. *em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;*

10.2.2. *em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;*

10.2.3. *serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou*

10.2.4. *poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.*

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. *As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.*

11.2. *A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.*

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

*Brasília, na data da assinatura.*

---

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

## 13. ANEXO I

### **Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato**

***(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)***

### **1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 5 dias.*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato [*Nota de Empenho*], sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. O Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

## 2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. ***O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.***

2.2. ***O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.***

2.3. *O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.*

2.4. *A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.*

2.5. *A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*

## 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de *30 dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. [A4]

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 dias.[A5]

3.1.10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e *da relação da rede de assistência técnica autorizada*;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do

Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.17. *Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;*

4.1.18. *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;*

4.1.19. *Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.*

4.1.20. *Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.*

4.1.21. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.*

4.1.22. *Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho*[A12];

4.1.23. *Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;*

- 4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

## 5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.
- 5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:
- 5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- 5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 5.4. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 5.4.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.
- 5.5. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.6. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 5.6.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 5.6.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.
- 5.6.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 5.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 5.7.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 5.7.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 5.7.3. Indenizações e multas.
- 5.8. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 5.9. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## 6. DOS CASOS OMISSOS

- 6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A17]

## 7. ALTERAÇÕES

- 7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
- 7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]
- 7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus

efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal no Distrito Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 2026.

\_\_\_\_\_  
(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FERNANDA DA SILVA MARINHO SOARES

Equipe de Planejamento

ITALO RODRIGUES DE SOUZA

Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 22/06/2026 às 16:01:49.